

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KELEN ROXANE FABIENSKI

OS DIREITOS AUTORAIS E A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA
2011

KELEN ROXANE FABIENSKI

OS DIREITOS AUTORAIS E A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito à obtenção de grau no curso
de Gestão da Informação da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Leilah Santiago
Bufrem

CURITIBA
2011

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me iluminar e me dar forças nos momentos que mais precisei.

A minha família, meus pais, irmãos, por entender os momentos de ausência, pelo apoio nos momentos difíceis e acima de tudo pelos valores que recebi e me fazer quem sou hoje.

À minha orientadora, Prof. Dra. Leilah Santiago Bufrem, pelos ensinamentos, pela força e motivação.

À Prof. Dra. Sônia Maria Breda, pelas contribuições relevantes para a pesquisa.

Aos professores dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Gestão da Informação, por permitir a aplicação do questionário, fator imprescindível para a realização dessa pesquisa.

Ao curso de Gestão da Informação, pelas disciplinas que tive e proporcionaram o meu desenvolvimento.

A todos os amigos, que entenderam os momentos que não lhes dei atenção.

Aos amigos, Aline Tavares, Mariana Honorato, Viviane Yee Chin e Helton Y. Hatori pelos momentos bons, pelos trabalhos, por esses quatro anos de convivência.

À Danny por tudo, nos momentos de angústia e tão difíceis da etapa final pelo apoio incondicional.

Aos colegas de trabalho, pelo convívio e pelo apoio.

À Deonizia Wardzinski pelo amor incondicional e por ser minha melhor amiga, a quem tenho orgulho de chamar de mãe.

RESUMO

Estudo sobre a percepção de estudantes em relação aos direitos autorais. Analisa a perspectiva de estudantes dos cursos do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre postura desses estudantes em relação aos direitos autorais. Levanta elementos para uma futura política institucional de alerta e preservação dos direitos autorais. Busca alertar os professores da conduta antiética de alguns desses profissionais em formação. Em campo, utiliza questionário para levantar as práticas dos estudantes em relação aos direitos autorais. Elege estudantes de primeiro e último ano dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Gestão da Informação para aplicar os questionários. Apresenta a disciplina de Metodologia da Pesquisa como elemento importante na construção de pesquisa científica de dar os devidos créditos aos autores através de citações e referências. Constata o reconhecimento discente para punições ao autor de plágio. Observa que estudantes não reconhecem situações de plágio ou suas derivações como o auto plágio. Expõe atitudes dos estudantes na utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Descreve iniciativas para se evitar o plágio, indicadas pelos estudantes. Destaca, dentre resultados obtidos a diferença de atitudes e a perspectiva entre estudantes de primeiro ano e os de último ano. Sugere para estudos futuros comparações entre a disciplina de Metodologia da Pesquisa e os seus objetivos em diferentes cursos.

Palavras-chave: Direitos autorais. Plágio. Ética. Conduta ética universitária.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – OFERTA DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NOS CURSOS DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR.25

TABELA 2 – RESPOSTAS DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR DE INICIATIVAS NAS UNIVERSIDADES PARA EVITAR O PLÁGIO38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - OPINIÃO DE ESTUDANTES DO PRIMEIRO ANO DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE O CONTEÚDO DA DISCIPLINA METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
GRÁFICO 2 - OPINIÃO DE ESTUDANTES DE ÚLTIMO PERÍODO DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SOBRE DISCIPLINA METODOLOGIA DA PESQUISA	27
GRÁFICO 3 - HÁBITOS DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE O MEIO DE PESQUISA MAIS UTILIZADO.....	28
GRÁFICO 4 - PRÁTICA DOS ESTUDANTES DO SETOR DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE MODIFICAÇÃO DE CONTEÚDO DE PESQUISAS PARA FAZER OS SEUS TRABALHOS.....	29
GRÁFICO 5 - UTILIZAÇÃO DE CITAÇÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR.....	30
GRÁFICO 6 - ESTUDANTES DE PRIMEIRO E ÚLTIMO ANO DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR QUE FAZEM REFERÊNCIA À OBRA	31
GRÁFICO 7 - UTILIZAÇÃO DAS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS PELOS ESTUDANTES DE PRIMEIRO E ÚLTIMO ANO DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR.....	32
GRÁFICO 8 - CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR, SOBRE PESSOAS QUE COMPRARAM O SEU TCC/MONOGRAFIA.	32
GRÁFICO 9 - EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE PRESENCIOU PLÁGIO NA UNIVERSIDADE	33

GRÁFICO 10 - CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE AS PUNIÇÕES A ESSES PRATICANTES DE PLÁGIO.....34

GRÁFICO 11 - CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE AS PUNIÇÕES PARA O PLÁGIO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO35

GRÁFICO 12 - SITUAÇÃO IMAGINÁRIA: RESPOSTA DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SE A SITUAÇÃO DE UM ESTUDANTE COPIAR VÁRIAS FRASES DE DIFERENTES TEXTOS E APRESENTAR AO PROFESSOR COMO SUA A PESQUISA É UMA SITUAÇÃO DE PLÁGIO.....36

GRÁFICO 13 - SITUAÇÃO IMAGINÁRIA: RESPOSTA DOS ESTUDANTES AO QUESTIONAMENTO SE A SITUAÇÃO CARACTERIZA PLÁGIO DE UM ESTUDANTE UTILIZAR SEU TRABALHO QUE JÁ HAVIA APRESENTADO, EM OUTRA DISCIPLINA E APRESENTAR COMO NOVO37

GRÁFICO 14 - OPINIÃO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SE OS PLAGIADORES DEVEM SER PUNIDOS38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 DIREITOS AUTORAIS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	13
2.2 DIREITOS AUTORAIS	14
2.3 PLÁGIO	16
2.4 AMBIENTE ACADÊMICO	18
3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	22
4 RESULTADOS	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
APÊNDICE	47

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação têm repercutido de forma rápida nos meios de produção e divulgação dos registros do conhecimento, ampliando consideravelmente a facilidade para distribuir, disseminar e utilizar obras intelectuais. A internet como elemento de busca, modificou a forma de produzir textos científicos. Antigamente os estudantes utilizavam as bibliotecas para pesquisar, faziam anotações em cadernos ou blocos, elaboravam resumos em fichas, hoje a busca por conteúdos para a produção de trabalhos é feita de forma rápida e facilitada pelo denominado “copia e cola”, fomentando-se assim a prática de colagens descuidadas, de esquecimento em relação às referências relativas às citações e, conseqüentemente de atitudes que caracterizam o plágio.

Essa facilidade com que se copiam e aproveitam textos de outros e que tem levado a conseqüências constrangedoras, em casos de bancas acadêmicas ou de concursos, leva a questionamentos sobre o que leva o estudante ao ato ilícito.

Moraes (2004, p. 98) afirma que a internet potencializa a incidência do plágio, porém não pode ser considerada a vilã, pois ela é um instrumento de pesquisa facilitador para a Sociedade da Informação e o principal culpado por esse desrespeito à ética é o ser humano. Pode-se afirmar, entretanto, que os atos das pessoas, individualmente, é que infringem os princípios e leis definidos coletivamente.

Reconhecendo que as relações entre os estudantes e os direitos autorais são complexas e merecem atenção, especialmente por parte dos estudantes universitários, esta pesquisa visou especialmente enfocar as questões que a eles se apresentam quando produzem textos acadêmicos. Pode-se questionar, por exemplo, o que eles entendem como direitos autorais, como agem em reação a ele, de que forma citam os autores e a noção que têm sobre o plágio.

Essas questões iniciais conduzem ao problema da pesquisa que se volta às práticas dos estudantes do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) concernentes aos direitos autorais, tanto em relação à utilização de obras, quanto à maneira de citá-las e referenciá-las. O questionamento sobre a utilização de maneira imprópria de registro de autores na confecção de trabalhos, monografias, artigos científicos por estudantes, surgiu pela convivência

com acadêmicos que acreditavam no caminho do denominado “copia e cola” o caminho mais fácil para conduzir a sua trajetória acadêmica, ou, que muitas vezes por não ter a cobrança devida dos professores esses estudantes deixavam de utilizar normas de citações e referências. Além de ser um tema relevante para a gestão da informação, pois verifica como as informações são disponibilizadas, divulgadas e utilizadas. O profissional da informação deve saber quais são os direitos e os deveres quanto à produção e divulgação de informações em benefício da construção do conhecimento, utilizar normas para facilitar o armazenamento e a recuperação das informações. O levantamento dos dados pode ser uma maneira de instigar os estudantes a ter uma conduta ética e de respeito aos direitos autorais e proporcionar também a visão de que a banalização de dar os devidos créditos ao autor está sendo observado.

Com este estudo espera-se promover a oportunidade de alertar os professores da conduta antiética desses profissionais em formação que estão saindo para o mercado de trabalho e deverão trazer retornos à sociedade.

Acredita-se que a reflexão sobre esses aspectos e a organização de conhecimentos a partir das respostas dos estudantes às questões dos questionários podem colaborar com a organização de conhecimentos que orientem/informem os estudantes universitários em relação a direitos autorais e à prática do plágio.

O objetivo geral do trabalho foi levantar elementos para contribuir com a composição de uma futura política institucional de alerta e preservação relativa aos direitos autorais. Em prazo mais longo, essa proposta pode contribuir para uma conduta coletiva e ética em relação a essa questão que vem afetando os espaços de produção científica.

Como desdobramentos desse objetivo, destacam-se os objetivos específicos de:

- a) identificar e analisar aspectos éticos para uma pesquisa acadêmica;
- b) coletar informações sobre a conduta de dar créditos ao autor, junto aos estudantes do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, de primeiro e último ano, da Universidade Federal do Paraná;
- c) reconhecer as práticas e o conhecimento desses estudantes em relação aos direitos autorais;

- d) comparar estudantes de primeiro e último anos em relação ao conhecimento sobre direitos autorais;

O trabalho constitui-se em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução que contém a justificativa, a problemática, os objetivos específicos para orientar o leitor sobre o alvo do estudo e algumas reflexões sobre o assunto para estabelecer um posicionamento crítico.

O segundo capítulo refere-se à literatura sobre direitos autorais e a seu relacionamento com a Gestão da Informação, no ambiente de ensino e sobre o plágio. Na terceira parte correspondente ao terceiro capítulo são apresentados os passos indicando a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

A quarta parte dedicada ao desenvolvimento dos resultados dos questionários aplicados aos estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão da Informação e Ciências Econômicas de primeiro e último anos do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR.

Para finalizar, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações a respeito do assunto com elementos para a contribuição da organização de uma futura política institucional.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Visando a melhor organização deste capítulo, optou-se por dividi-lo em quatro seções, sendo a primeira o relacionamento dos profissionais da gestão da informação com os direitos autorais. Na seção 2, as características de obras intelectuais e os aspectos dos direitos autorais. A terceira se refere à apropriação indevida dos direitos autorais, considerada plágio, e a quarta e última se refere ao objeto dessa pesquisa, o plágio no ambiente acadêmico.

2.1 DIREITOS AUTORAIS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Do ponto de vista da recuperação de informações, Le Coadic (1994 apud ALVARENGA NETO, 2002, p. 15) observa que o que “leva uma pessoa a buscar informação é a existência de um problema a resolver, de um objetivo a se alcançar e a constatação de um estado anômalo do conhecimento, insuficiente ou inadequado”. A internet é um facilitador para a busca de informações. “A internet permite o armazenamento e a recuperação de documentos em computadores pessoais, tornou bem mais viável a obtenção de informação pelo usuário” (DAVENPORT, 2001, p. 190).

Ao buscar a literatura para melhor conhecer seu objeto de pesquisa e o problema que orientou sua construção, o investigador busca e utiliza obras de outros autores, estabelecendo-se, desde aí, um vínculo entre o autor citante e o citado. Esse uso explicitado na citação ou reprodução da obra de outrem é regulado por normas e legislação específicas.

No Brasil, a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 adverte que reproduzir uma obra de qualquer natureza sem a permissão do detentor dos direitos autorais (próprio autor, herdeiro ou sucessor) é um ato ilegal, passível de sanções. Segundo McGarry (1999, apud GAMA; GARCIA, 2009, p. 151), o profissional da informação precisa agir de maneira ética, que constitui trabalhar maneiras para que a proteção a propriedade intelectual seja respeitada.

O estudo sobre direitos autorais tem sido alvo em diferentes áreas do conhecimento. Em reflexão sobre o tema, Marchiori, (2002, p. 72) ressalta que: “a

gestão da informação compartilha como outras profissões, os processos de criação, seleção e avaliação, gerenciamento, divulgação, utilização, preservação e políticas de direitos (privacidade, direitos autorais e outros) relacionados ao trinômio dado, informação e conhecimento”.

Sobre o assunto Araya e Vidotti (2011, p. 1) afirmam que:

a Ciência da Informação, como ciência transdisciplinar que emerge de uma sociedade pós-moderna com a proposta de resolver os problemas da gestão da informação e que na contemporaneidade, em seu tempo do conhecimento interativo, procura encontrar soluções aos conflitos sociais entre ciências e tecnologias, deve estar atenta tanto aos entraves que impeçam o fluir informacional quanto às alternativas que surjam para favorecê-lo, as análise e observe a sua viabilidade, sempre com o olhar na contribuição à construção dos saberes.

Ao estudarem os problemas relativos à produção intelectual, autores indicam a complexidade da situação, tendo em vista o dilema relativo à preservação dos direitos morais e intelectuais das obras.

Em meio a essa situação potencialmente conflituosa encontra-se o profissional da informação, sempre à procura de soluções que lhe permita cumprir seu papel de disseminar a informação gerada pela sociedade, de forma que as pessoas possam utilizá-la na criação de novos conhecimentos, novos bens e riqueza, sem que isso implique no descumprimento dos Direitos Autorais (EVANGELISTA et al., 2005 apud GAMA; GARCIA, 2009 p. 151).

Percebe-se que os autores das áreas de ciência e gestão da informação concordam que uma das variáveis presentes na discussão sobre a democratização da informação relaciona-se ao trinômio autor, obra, uso.

2.2 DIREITOS AUTORAIS

Propriedade Intelectual é uma área do direito que abrange a proteção a todos os tipos de criações humanas. O direito autoral é uma subárea da Propriedade Intelectual que visa proteger as obras literárias, artísticas e científicas.

De acordo com o artigo 7º da lei 9.610/98, título II, Das Obras Intelectuais no Capítulo I Das Obras Protegidas, são obras intelectuais resguardadas as criações do

espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível tais como:

- I. textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II. conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III. obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV. obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V. composições musicais tenham ou não letra;
- VI. obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII. obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII. obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX. ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X. projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI. adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII. programas de computador;
- XIII. as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constitua uma criação intelectual.

Segundo Moraes (2004, p. 101), no Brasil o registro de obras intelectuais é facultativo, porque registrar uma obra não é garantia de autoria. O criador não necessita registrar para ter os seus direitos garantidos. O direito nasce no momento da criação e expressão escrita a obra é protegida, porém, para maior segurança e evitar desgastes do verdadeiro autor é possível registrá-la. Os procedimentos para registrar uma obra podem ser esclarecidos pelos órgãos que realizam essa prática que podem ser verificados de acordo com o estado e a finalidade no site do Ministério da Cultura.

Sobre a proteção de obras, Antônio (1998, p. 190) discorre que os direitos autorais protegem a forma e o modo de expressão das obras intelectuais e não as ideias dos autores, por isso a obra para ser resguardada necessita ter uma forma de

expressão. Para tratar de direitos autorais, Duarte e Pereira (2009, p. 5) o definem como o poder que o detentor dos direitos autorais tem de controlar o uso da obra.

O autor detém os direitos sobre a sua obra. Para Martins Filho (1998, p. 184) uma criação está protegida pelos direitos denominados morais e patrimoniais. O primeiro se refere ao direito do autor de utilização da obra de acordo com suas necessidades, ao poder retirá-la de circulação, modificá-la e o ao direito de ter o seu nome impresso na divulgação de sua obra, esses são inalienáveis e irrenunciáveis. O direito patrimonial se refere aos direitos econômicos sobre a obra. Segundo Abrão (2005, apud GAMA; GARCIA, 2009, p. 153) os direitos morais conferem ao autor a possibilidade de assegurar a integridade da sua obra, combatendo qualquer prática que possa prejudicá-lo e atingir a sua honra. São direitos intransferíveis, como o de paternidade e o de ter o seu nome sempre vinculado à obra. Sobre os direitos patrimoniais afirma que ninguém pode fazer uso para fins econômicos de uma obra sem o consentimento do autor, a não ser que o titular do direito (próprio autor, herdeiro ou sucessor) autorize o uso da obra.

Os direitos de autor podem ser transferidos total ou parcialmente, para isso é necessário um contrato assinado. Na lei 9610/98 do Brasil no artigo 97 inciso II diz que o autor e o editor devem firmar, por meio de contrato e a forma de transferir total ou parcial dos direitos autorais, assim como, a forma de pagamento.

O posicionamento da UFPR em relação aos direitos morais de publicações é de que eles pertencem integralmente aos seus autores, entretanto, os direitos patrimoniais poderão ser cedidos à UFPR, mediante: contrato de cessão ou licença de direitos autorais (Pereira, 2004 apud PEREIRA, 2011).

2.3 PLÁGIO

Falar sobre o descumprimento dos direitos autorais, denominado plágio não é uma tarefa fácil, no que se refere à utilização das normas Moraes (2004, p. 92) confirma que é importante o debate a respeito da questão moral (e jurídica) no ato de citar, mencionar e dar crédito ao autor. Sobre o plágio o autor afirma (2004, p. 95) que se trata de um atentado aos direitos morais do autor, principalmente o direito à paternidade e à integridade da obra.

Ao discutir a violação dos direitos autorais Campos (2011) considera que divulgar obra sem autorização do titular respectivo é violação do direito inédito, a publicação da obra sem menção ao nome é violação do direito de nomeação e paternidade.

O artigo 33 da lei 9610/98 sobre os direitos autorais diz que “ninguém pode reproduzir obra que não pertença a domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor”. A esse respeito Martins Filho (1998, p. 185) adverte que a obra passa a ser de domínio público a partir de 70 anos após a morte de seu autora partir de 1º de janeiro do ano seguinte. É possível fazer busca a órgãos competentes para verificar se o material ainda continua protegido, porém os direitos morais continuam a existir, por isso a menção do nome do autor e a fonte da obra devem ser apresentadas.

De acordo com Garschagen (apud SILVA 2008, p. 5) há três tipos de plágio: o integral que é a cópia total de uma obra sem a citação correspondente, o parcial que é cópia de algumas frases de diversas fontes o que dificulta a localização e o último que é o conceitual que o indivíduo apresenta o conceito como seu sendo que este conceito é tomado de outro autor.

No Código Penal Brasileiro, no título que trata dos crimes contra a propriedade intelectual, no artigo 184, a pena para a violação dos direitos autorais é a detenção do indivíduo de três meses a um ano ou multa. Se o ato for feito para obter fins lucrativos a pena pode ser entre dois a quatro anos de detenção, além do pagamento de multa.

A partir dessa ideia Kischelewski (p. 8) afirma que o plagiador pode ser responsabilizado de forma cível, criminalmente ou administrativamente, isto é, o autor da obra pode solicitar o ressarcimento de todo o prejuízo, buscando a punição cabível ao autor do plágio. Uma das punições pode ser a destruição de todo material apreendido que foi plagiado. No caso de universidades o plagiador deve ser punido de acordo com as regras internas.

Sobre maneiras de impedir legalmente o plágio ou reuso comercial da obra as licenças *Creatives Commons* podem ser utilizados para esse favor. Sobre o assunto Araya e Vidotti (2011, p. 1) relatam que:

o projeto de licenças flexíveis Creative Commons também está presente no Movimento de Acesso Aberto à literatura científica. As licenças, além de serem consideradas adequadas à proteção dos direitos autorais, garantem o acesso e uso da produção científica. Com elas o autor pode reter o direito de impedir que se distribuam cópias modificadas, não autorizadas ou com propósito de uso comercial.

2.4 AMBIENTE ACADÊMICO

No ambiente acadêmico sobre a formação dos indivíduos Wanderley (apud RODRIGUES, 2009, p. 14) afirma que a universidade tem a missão de formar homens de cultura, com visão crítica e principalmente com uma base ética. Sobre o assunto Bufrem et al. (2008, p. 226, apud RODRIGUES 2009, p. 17) ressalta que:

a ética impõe-se, pois, como presença inegociável na educação superior, ante-sala do exercício profissional. Particularmente no campo da ciência da informação, dada a natureza de seu objeto de estudo e trabalho, a ética permeia todos os poros de acesso, “posse” e uso da informação como bem essencial a sobreviver na sociedade contemporânea, direito de todos, condição de cidadania – seja na seara acadêmica, seja no tempo/espço da atuação laboral. No contexto de uma “sociedade globalizada”, a ética merece especial atenção na interpretação de seus contornos e movimentos.

Na graduação o uso de obra de outros autores é comum para a confecção de pesquisas acadêmicas. Do uso de maneira incorreta, sem utilizar citações e referências pode surgir o plágio. Sobre o assunto KrokoscZ (2011, p. 1) afirma que no ambiente acadêmico o plágio envolve pelo menos três sujeitos, o redator aquele que copia, o autor de quem os conteúdos são copiados e os leitores que acreditam ser um trabalho inédito.

No meio acadêmico brasileiro é dada pouca importância ao fenômeno do plágio. Há pouca pesquisa relacionada ao assunto. Além de não fazer parte dos manuais de formação acadêmica, as instituições de ensino não apresentam esclarecimentos e orientações em suas páginas eletrônicas sobre o assunto. (KROKOSCZ apud KrokoscZ, 2011).

Rodrigues (2009, p. 35) afirma que estudantes que estão finalizando os estudos na universidade são os que menos praticam o plágio, supondo que esses têm maior conhecimento que os de primeiro ano sobre as implicações jurídicas e legais a esse respeito. Por outro lado, a constatação de que o plágio dificilmente acaba em processo penal no Brasil, pois não há políticas bem definidas nas

universidades, ou normas internas sobre a utilização indevida de obras ou ideias de outros autores. Os estudantes que fazem o trabalho para conseguir o diploma, muitas vezes se apropriam de conteúdos que não são seus, porém não há nenhuma punição para esse ato.

A correta utilização de trechos para fins acadêmicos deve ser realizada por meio de procedimentos para apresentação de citações e referências aos autores podem ser verificadas nas normas da ABNT. A NBR 10520/2002 apresenta os principais tipos de citação, citação de citação que se refere a um texto que não se teve acesso ao original, a citação direta transcrição de parte da obra do autor consultado e a indireta que é o texto baseado na obra do autor consultado. A respeito do assunto Moraes (2004, p. 100) afirma que citar não é apenas uma questão de ética, mas também um dever jurídico que gera sanções no caso de descumprimento.

Universidades de outros países aplicam sanções aos praticantes do plágio como a University of Hertfordshire Hatfield no Reino Unido (apud VASCONCELOS, 2007, p. 1) que afirma que o exercício do plágio é muito sério. Por menores que sejam os trechos plagiados é possível que nota zero seja atribuída ao trabalho e em casos de maior seriedade pode ocorrer a expulsão do estudante.

Aos poucos esse cenário de impunidade vem adquirindo uma configuração mais consistente em termos legais no Brasil. No ano de 2010 uma reportagem de Castro (2010) vinculada na Gazeta do Povo alerta para a constatação de que a UFPR e um professor de Bioquímica foram condenados a pagar 50.000,00 (cinquenta mil) reais a uma aluna que foi orientanda desse professor. O motivo foi uma comunicação enviada pelo professor a um evento científico, cujo teor fundamentou-se na dissertação de mestrado da aluna. O fato de ter sido enviado com o nome do professor em primeiro lugar no espaço autoral desencadeou o processo. O caso deu margem para muitas discussões, mas o que importa para este estudo é a importância que vem sendo dada a fatos que levem em conta os direitos patrimoniais sobre obras dentro de instituições de ensino e pesquisa.

O objetivo dessa pesquisa não constitui em dizer as funcionalidades e a eficácia dos softwares detectadores de plágio, porém vale a pena deixar claro que esses sistemas existem, e que segundo os autores Franco, Milanez e Santos (2008, p. 2) os softwares possibilitam a comparação de textos e a identificação da cópia de

textos nos quais muitas vezes são mudadas as palavras. Além da fiscalização de professores, podem ser impostas maneiras de prevenir o plágio como políticas institucionais, normas internas que podem ser de punição no caso de cópia não autorizada. Sobre o assunto Krokosz (2011, p. 3) diz que o centro universitário Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado (FECAP) situada no Brasil traduziu a declaração de autoria da Universidade de Oxford (EUA) e da Universidade de Cape Town (África do Sul) que funcionam como um atestado de responsabilidade autoral apresentado no anexo I.

Diante do exposto, Krokosz (2011, p. 2) afirma que:

algumas propostas de enfrentamento do plágio no meio acadêmico são: o emprego de esforços das instituições de ensino na adoção de políticas relacionadas ao assunto, bem como a criação de conteúdos e estratégias acadêmicas para a mitigação desse problema, tais como: adoção de Códigos de Ética, apresentação de conteúdo relacionado ao plágio no *homePage* das universidades brasileiras, integração do estudo sobre escrita acadêmica e plágio em matéria específica da grade dos cursos superiores.

Sobre a utilização de obras, Araya e Vidotti (2011, p. 1) afirmam que a obra quando é devidamente referenciada ou o sujeito é autorizado previamente pelo autor, à obra pode ser utilizada integralmente ou de forma parcial. Quando a obra é utilizada de forma ilegal pode resultar em punição. Sobre a utilização de obras intelectuais Duarte e Pereira (2009, p. 5), advertem que copiá-las é uma forma de tomar propriedade do que é do outro sem consentimento. Fazer cópias sem autorização do autor é crime.

Esse descumprimento, entretanto, se efetiva e tem origens diversas pelo que se constata na literatura e na vida prática. Hipóteses sobre essa prática abusiva são diversas, entre elas o hábito do “copia e cola”.

Segundo Moraes (2004, p. 97) é importante ressaltar que as ideias não são protegidas pela lei dos direitos autorais, pois os indivíduos são influenciados pelo ambiente em que vivem e o contexto histórico, porém a forma dada as ideias é protegida.

Vale destacar que atualmente venham caracterizando-se eventos sociais relevantes como estímulo ao aproveitamento de obras que abrangem uma comunidade de interesses. Essa comunidade comunica-se e utiliza à auto citação e da citação entre pares.

Esses denominados círculos sociais caracterizam uma relação circular entre os pesquisadores que trabalham em uma mesma área e trocam informações, apoio, encorajamento e citações (CRANE, 1972 apud PINHEIRO, 2007, p. 35). As redes de conhecimento, segundo Royedo (2004, apud PINHEIRO, 2007, p. 36), são as interações humanas efetivadas de modo sistemático no ciclo da informação, como na produção, armazenamento, processamento, disseminação, transferência, utilização e análise do conhecimento. O autor enfatiza o papel da investigação científica como propulsora da produção de conhecimentos. Christovão (1979, p. 4 apud PINHEIRO, 2007, p. 39) afirma que no tocante as publicações elas iriam se relacionar formando algo semelhante a uma “espécie de rede” onde ao localizar uma citação levaria a outra obra. Essa rede, de natureza coletiva, seria formada, portanto, por um conjunto de usos de obras de autores por outros autores, demonstrando a ação coletiva da produção intelectual. Na cadeia da produção intelectual Bufrem (2011) ressalta a importância do valor de uso, especialmente em sociedades que ainda não atingiram o patamar de equilíbrio econômico e social. Nesse caso, pode-se afirmar que a referência e uso de outros autores destacam o papel do autor nesse coletivo, uma vez que a construção intelectual é sempre coletiva e as heranças intelectuais constituem importante variável nesse processo.

A respeito do uso de textos Campos (2011, p. 6) discorre que seja por menção de texto extraído de outra fonte, por citação de citação indireta que não se teve acesso ao original é indispensável incluir referência completa no final da obra.

Seja qual for a modalidade de uso e atribuição de autoria, entretanto, as práticas universitárias devem levar a uma forma justa e ética de uso de obras de outros autores.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este estudo apoiou-se no referencial teórico sobre o tema, uma vez que as práticas relativas aos direitos autorais, pelos motivos expostos na problemática, demandam reflexões a partir de um quadro teórico de referência.

Assim, o primeiro passo do estudo foi a pesquisa bibliográfica, que busca solucionar o problema a partir da revisão teórica do conhecimento existente a respeito do assunto. A menção a essa fase como preliminar justifica-se porque, além de contribuir para o reconhecimento da problemática, a revisão subsidiou a análise do material empírico coletado na segunda fase que foi a aplicação dos questionários.

Por meio da pesquisa bibliográfica, foi construído um referencial teórico, apresentando-se os conceitos de direitos autorais, o contexto em que está inserida a preocupação central do estudo, a problemática e as relações entre os estudantes de universidades que ao serem convidados a produzir conteúdos inovadores, devem partir de referenciais teóricos para ampliar seus conhecimentos, demonstrar sua capacidade de leitura, análise e síntese dos conhecimentos adquiridos.

A segunda fase foi constituída da construção de um questionário, com o objetivo de verificar as práticas dos estudantes em relação a citações, referências, o conhecimento desses estudantes a respeito dos direitos dos autores, as suas perspectivas sobre punições para autores de plágio. Para aplicar o questionário a população definida foram estudantes de graduação do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. O universo constituiu-se de estudantes dos quatro cursos de graduação do setor descritos a seguir: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Gestão da Informação. Foi realizado um recorte dos estudantes de primeiro e último ano. Os de último ano estão finalizando e prestes a fazer o trabalho de conclusão de curso (TCC), supostamente são os que já receberam informações ou orientações para iniciarem suas buscas na literatura.

Os questionários foram aplicados para estudantes que estavam presentes na sala de aula, matriculados em disciplinas aleatórias, porém obrigatórias do currículo de cada curso e sua aplicação deveu-se à disponibilidade de horários de professores. Obteve-se um total de 221 estudantes respondentes, presumindo-se

que o percentual de respostas não expresse a totalidade dos estudantes, por motivos de faltas na aula, fatores como chuva na data de aplicação, professores ausentes na aula anterior, não permissão de professores para a aplicação de questionários, devida principalmente ao período curto para complementar a quantidade de aulas requerida, devido à greve da UFPR. Todas essas dificuldades na aplicação ao total de estudantes resultaram, entretanto, em um universo significativo para a única rodada de respostas ao questionário.

Essa fase foi constituída pela pesquisa exploratória por meio de um questionário com quinze perguntas dentre elas 14 fechadas e uma aberta.

O pré-teste foi distribuído a colegas integrantes da pesquisa, que sugeriram algumas reformulações de perguntas, como inserções de questionamentos. Como também pontos como a estratégia para a distribuição do questionário foi discutido.

Realizado o pré-teste e aprovado o instrumento, o questionário foi aplicado pessoalmente aos estudantes dos dias 8 à 19 de novembro de 2011, aos quais foi solicitada a resposta no ato da entrega. Para aplicar o questionário a autora entrou em contato com a coordenação dos quatro cursos de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR e verificou os endereços de e-mails dos professores que ministravam aulas nos períodos desejados desses cursos. Após a permissão dos professores de utilizar alguns minutos da sua aula, a autora fez uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa e a distribuição dos questionários. Como o assunto é embaraçoso, para que não houvesse interferência nas respostas, a autora ficava próximo à porta. O questionário teve o intuito de coletar as informações sobre o conhecimento que os estudantes têm sobre direitos autorais, o uso de obras e as devidas referências e citações para a realização de seus trabalhos e o noção deles sobre a legislação existente a respeito dos direitos autorais.

De posse das informações obtidas com a pesquisa bibliográfica e a exploratória, foi realizada a análise das respostas dos estudantes. Estes foram confrontados com o referencial teórico para que fosse possível verificar os conhecimentos dos estudantes, assim como as lacunas que possam ser consideradas as causas potenciais do desrespeito ou da violação dos direitos autorais.

O questionário aplicado teve as seguintes características: um parágrafo introdutório, com uma breve apresentação sobre a natureza e os objetivos do

estudo, o qual buscou motivar o estudante a responder, realçando a importância da sua participação; questões sobre os meios de busca de informação que utilizam e quais são os mais utilizados; questões a respeito das práticas de quando busca textos nas diversas fontes e se o estudante tem hábito de citar e referenciar o autor utilizado; questões sobre o seu conhecimento em normas de citação e referências como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); questões sobre a sua percepção das políticas institucionais ou da legislação sobre direitos autorais.

A informação recolhida foi posteriormente organizada e analisada de acordo com os objetivos do estudo. O tratamento e a análise estatística dos dados obtidos foram processados em planilha do *Microsoft Excel*®.

Foi realizado um estudo descritivo das variáveis relacionadas ao conhecimento dos estudantes sobre questões relacionadas aos direitos autorais, ao uso de normas de citação e de referências e a questões referentes à produção de trabalhos acadêmicos, cujos principais resultados foram enunciados com a frequência e as percentagens para que fosse possível analisar as variáveis de comparação como o ano que o estudante está cursando. Com base no levantamento e organização das informações foi realizado o processamento dos dados e o estudo.

4 RESULTADOS

O questionário teve como objetivo verificar as maneiras como os estudantes conduzem a sua vida acadêmica, como constroem suas produções científicas sob a perspectiva de consideração aos direitos autorais. O questionário foi aplicado no Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR nos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Gestão da Informação. Algumas questões devem ser observadas como a condução da disciplina de Metodologia Científica que possui abordagens diferentes nos quatro cursos. Outro ponto a ser observado é que Gestão da Informação e Administração possuem entrada de estudantes no início do ano e no meio do ano, caracterizando assim que alguns estão no primeiro e outros no segundo período, o mesmo acontece nas turmas de último ano, para alguns estudantes falta um semestre e para outros esse é o último semestre, para facilitar a visualização das informações e considerando que esses estudantes estão praticamente com o mesmo conhecimento foram chamados de primeiro e último ano.

Dentre as diversas questões levantadas, o questionamento da avaliação da disciplina de Metodologia/Pesquisa Científica pelos estudantes é conflitante, pois os que seguem periodizados no curso de Administração tem essa matéria apenas no terceiro período e o curso de Ciências Econômicas oferece a disciplina no quinto período, Gestão da Informação disponibiliza no segundo período e Ciências Contábeis no primeiro período (Tabela 1). Cada curso oferece a disciplina sob uma perspectiva, voltada para a sua área, cada curso com uma denominação, porém os princípios de técnicas, métodos para o desenvolvimento de pesquisa científica são os mesmos, com a finalidade de desenvolver no estudante interesse por desenvolver de maneira ética pesquisas científicas respeitando os direitos de outros autores.

TABELA 1 – OFERTA DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NOS CURSOS DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR.

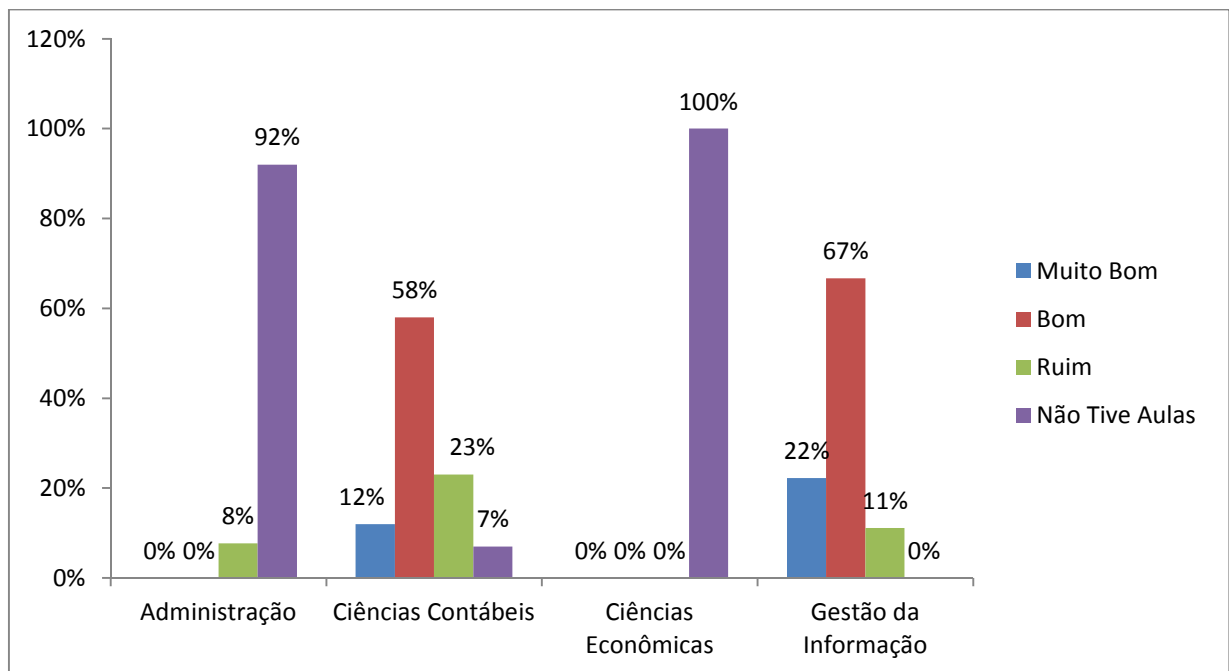
Curso	Disciplina	Período
Administração	Pesquisa em Administração	3º
Ciências Contábeis	Metodologia de Pesquisa Aplicada à	1º

	Contabilidade	
Ciências Econômicas	Técnicas de Pesquisa em Economia	5º
Gestão da Informação	Metodologia da Pesquisa	2º

Fonte: A autora (2011)

Com base no questionário, no gráfico 1, podem-se confirmar os dados da Tabela 1 de que estudantes dos cursos de Ciências Econômicas e Administração não são orientados a cursar a disciplina de metodologia até o segundo período, sendo assim esses estudantes não expressam sua opinião sobre a disciplina de Metodologia Científica, fato que poderia ser revisto, pois desde o princípio os estudantes são cobrados a produzir pesquisas. Dentre os outros cursos em que o conteúdo da disciplina foi avaliado, 67% de Gestão da Informação assinalaram a opção de “Bom”, 22% que o conteúdo foi “Muito bom” e 11% que o conteúdo da disciplina foi “Ruim”. No entanto, o curso de Ciências Contábeis 58% dos estudantes afirmaram ser “Bom” o conteúdo da disciplina, 12% “Muito Bom”, na opção “Ruim” 23% desses estudantes assinalaram essa alternativa e 7% que não tiveram aulas.

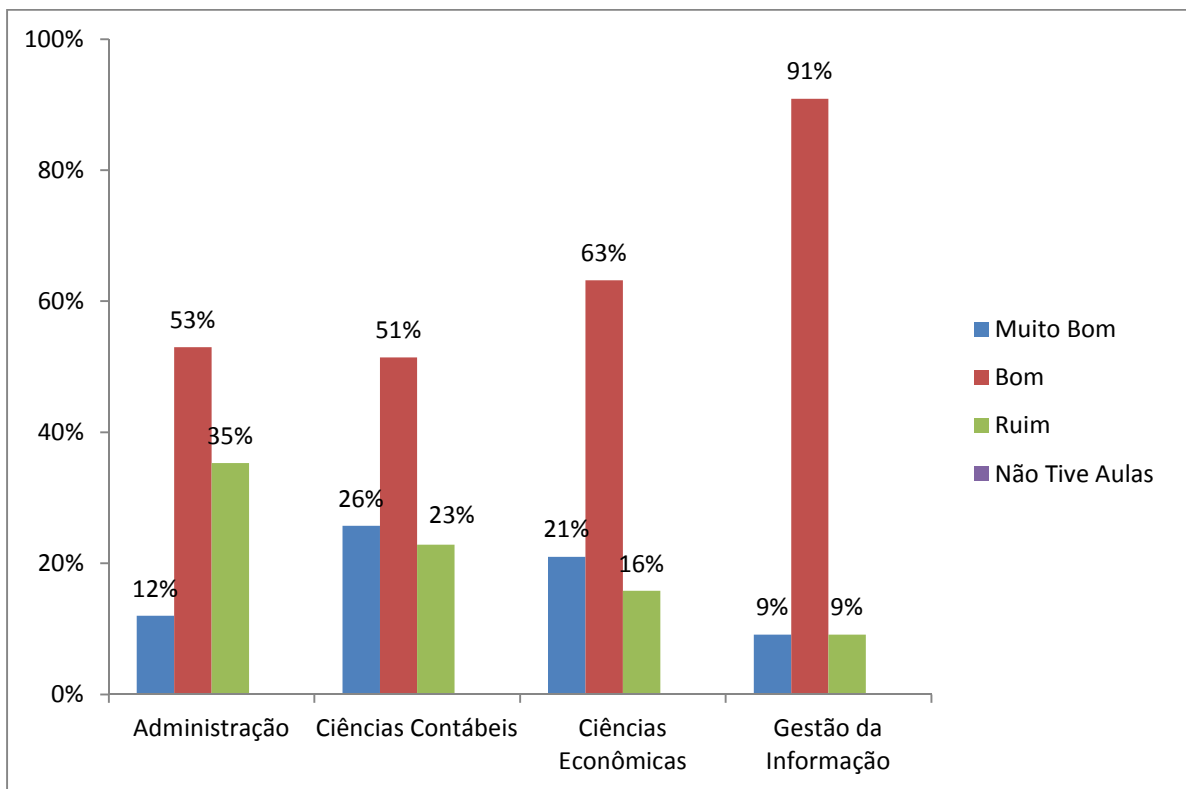
GRÁFICO 1 - OPINIÃO DE ESTUDANTES DO PRIMEIRO ANO DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE O CONTEÚDO DA DISCIPLINA METODOLOGIA DA PESQUISA



FONTE: A autora(2011).

Com base nas respostas aos estudantes dos cursos já mencionados, no gráfico 2, as repostas dos estudantes de último período são de 35% para o curso de Administração e 9% para o curso de Gestão da Informação de que a disciplina de metodologia científica foi considerada “Ruim”. Pode-se afirmar que 91% dos estudantes de Gestão da Informação de último ano consideram que a disciplina de Metodologia da Pesquisa foi considerada “Bom”. Com base no gráfico pode-se concluir que o direcionamento e grau de satisfação devem ser avaliados conforme o objetivo da disciplina em cada curso, o que inviabiliza as repostas como um todo.

GRÁFICO 2 - OPINIÃO DE ESTUDANTES DE ÚLTIMO PERÍODO DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SOBRE DISCIPLINA METODOLOGIA DA PESQUISA

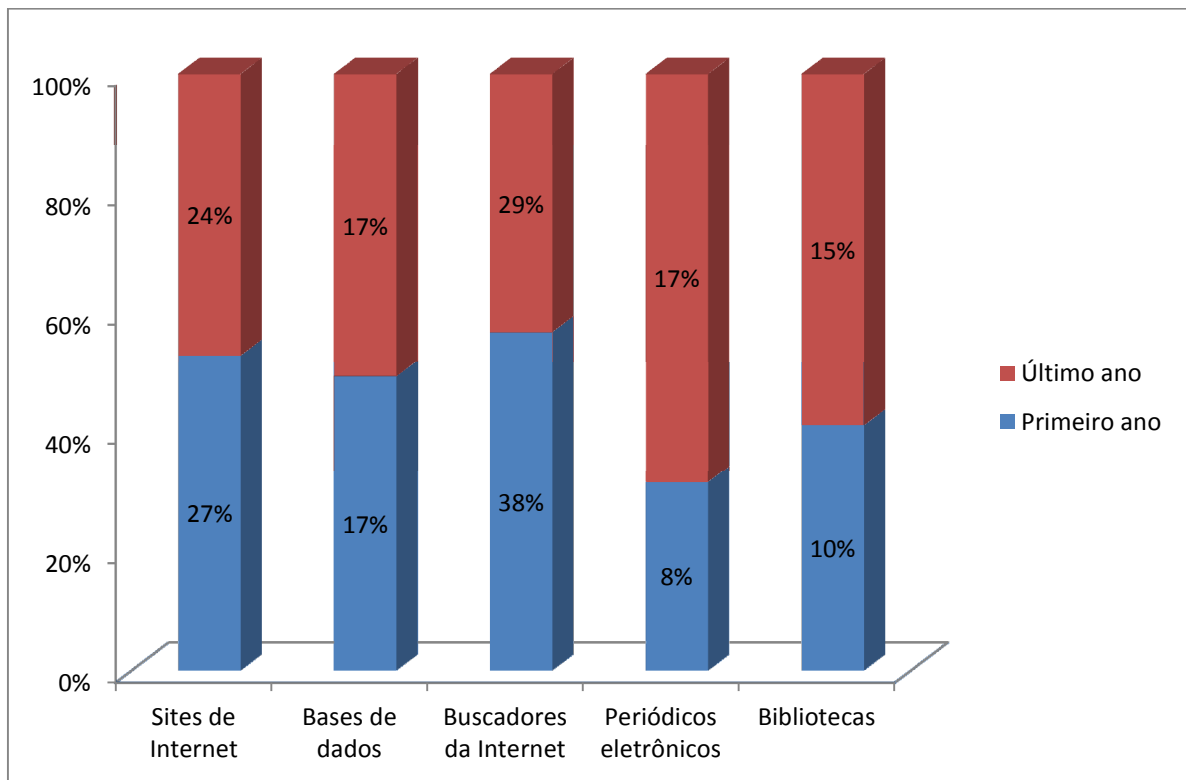


FONTE: A autora (2011).

No Gráfico 3, percebe-se que o meio de pesquisa mais utilizado é a internet e no mesmo gráfico possível pode-se verificar que 38% dos estudantes de primeiro ano que utilizam buscadores de internet para realizar as suas pesquisas, enquanto 29% dos estudantes de último ano utilizam esse meio com maior frequência.

Estudantes que afirmaram utilizar sites de internet foram de 27% para primeiro ano e 24% para último ano. Os que utilizam bibliotecas com maior assiduidade foram 10% de estudantes do primeiro ano e 15% do último ano. Presume-se que o comportamento que define a busca de informações é modificado de acordo com grau de aprendizado, pois os estudantes de último ano passam a buscar informações em meios de pesquisa ditos mais “confiáveis”.

GRÁFICO 3 – HÁBITOS DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE O MEIO DE PESQUISA MAIS UTILIZADO

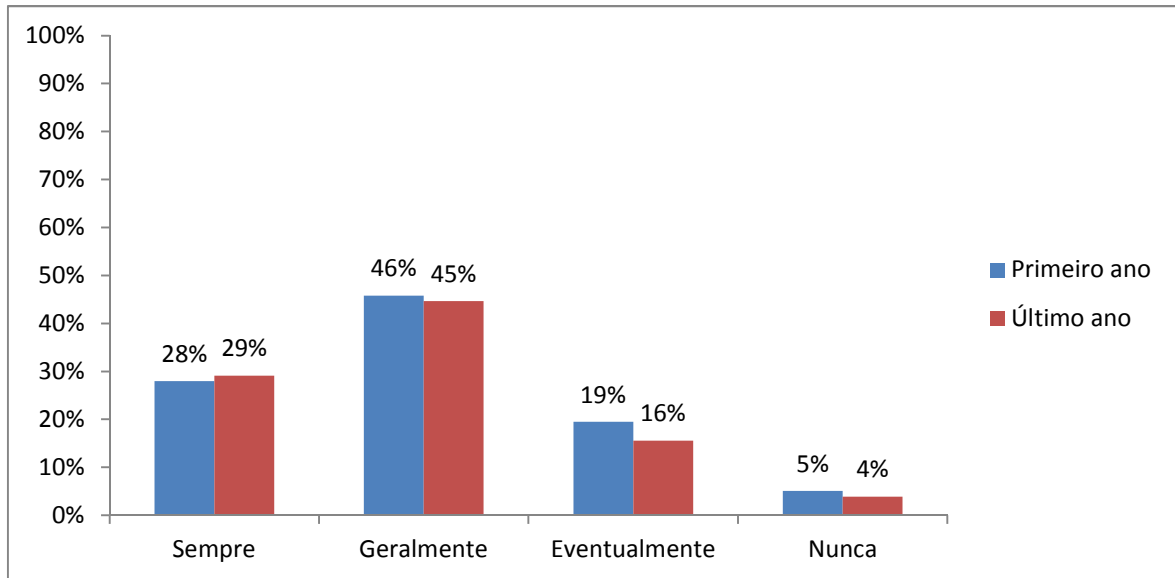


FONTE: A autora (2011).

Quando questionados se modificam os textos que pesquisam para compor as suas produções científicas, 28% dos estudantes de primeiro ano afirmam que “Sempre” modificam e 29% de último ano têm a mesma atitude. A alternativa “Geralmente” foi assinalada por 46% dos estudantes de primeiro ano e por 45% dos estudantes de último. Dentre os estudantes entrantes, 19% afirmam que realizam essa prática “Eventualmente” e os que estão saindo 16%. Os que afirmam “Nunca” são de 5% para o primeiro e 4% para o último ano. O gráfico 4 ilustra que,

independente da etapa na universidade, a prática desses estudantes é relativamente à mesma.

GRÁFICO 4 - PRÁTICA DOS ESTUDANTES DO SETOR DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE MODIFICAÇÃO DE CONTEÚDO DE PESQUISAS PARA FAZER OS SEUS TRABALHOS

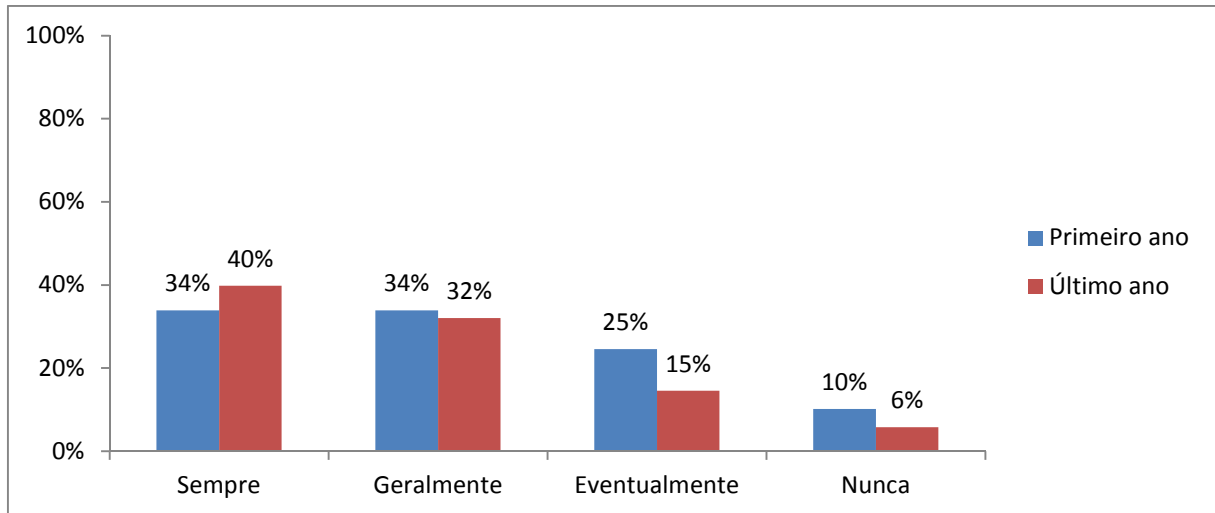


FONTE: A autora (2011).

No gráfico 5, quando indagados sobre a citação dos textos de outros autores 34% dos estudantes de primeiro ano afirmam que “Sempre” realizam a citação desses autores utilizados nas suas produções contra, 40% dos estudantes de último ano que agem desse modo. Na opção “Geralmente”, 34% dos estudantes de primeiro e 32% dos de último ano realizam essa prática. Dos entrantes, 25% dizem que “Eventualmente” citam já os de último 15% afirmam citar “Eventualmente”. E dos que “Nunca” citam 10% são de primeiro e 6% de último ano.

A análise desse gráfico mostra que com o passar dos anos na universidade e possivelmente com o aprendizado, os estudantes de último ano são os que dão mais créditos ao autor do conteúdo, assim demonstrando preocupações com os aspectos dos direitos morais do autor. O fato revela que o ambiente acadêmico tem sido favorável às atitudes de respeito ao direito do autor.

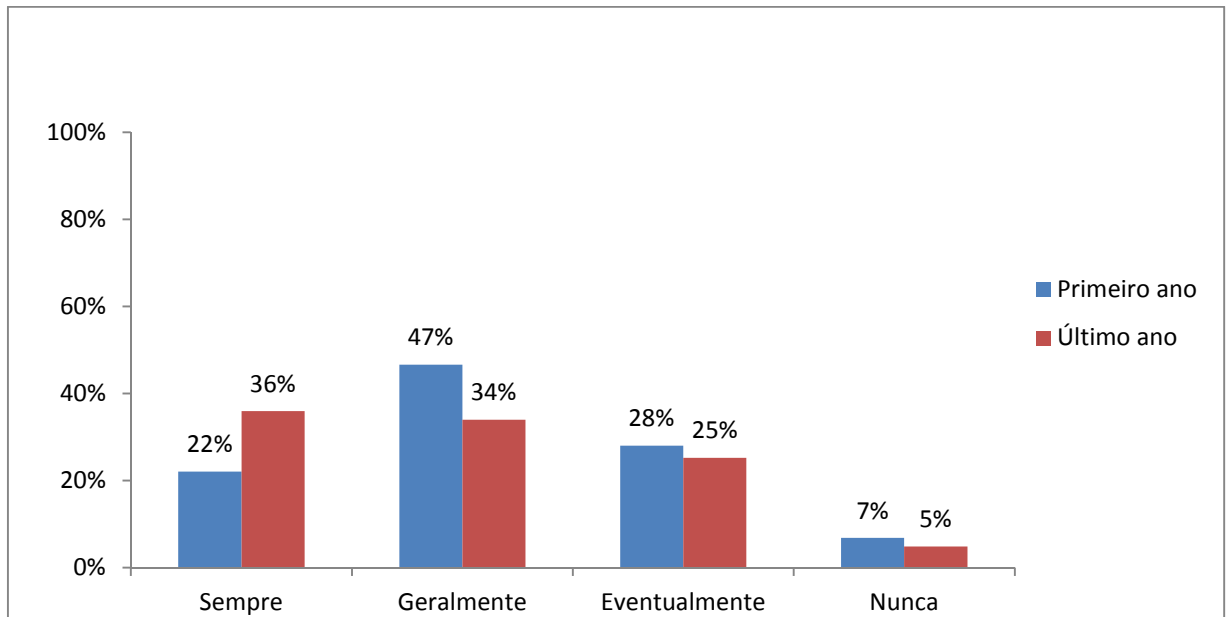
GRÁFICO 5 - UTILIZAÇÃO DE CITAÇÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR



FONTE: A autora (2011).

Quanto à pergunta sobre o costume de referenciar a obra em seus trabalhos, os estudantes de último ano que responderam “Sempre” são 36% e de primeiro ano são 22%. A alternativa de “Geralmente” referenciar a obra foi assinalada por 47% dos estudantes de primeiro e de 34% para o último ano. Dos estudantes de primeiro ano, 7% responderam que nunca fazem referência contra 5% dos de último ano. Da mesma forma que em relação ao observado no gráfico 5 pode-se constatar no gráfico 6, que os estudantes de último ano parecem estar maduros na utilização de referências e citações, fato que pode ser explicado pela maturidade e pela quantidade de conhecimento adquirido ao longo dos anos. Analisando esse cenário de que os estudantes de último ano estão mais preocupados em referenciar e citar os autores, pode-se atribuir tal fato de que todos esses estudantes já tiveram a disciplina de Metodologia da Pesquisa.

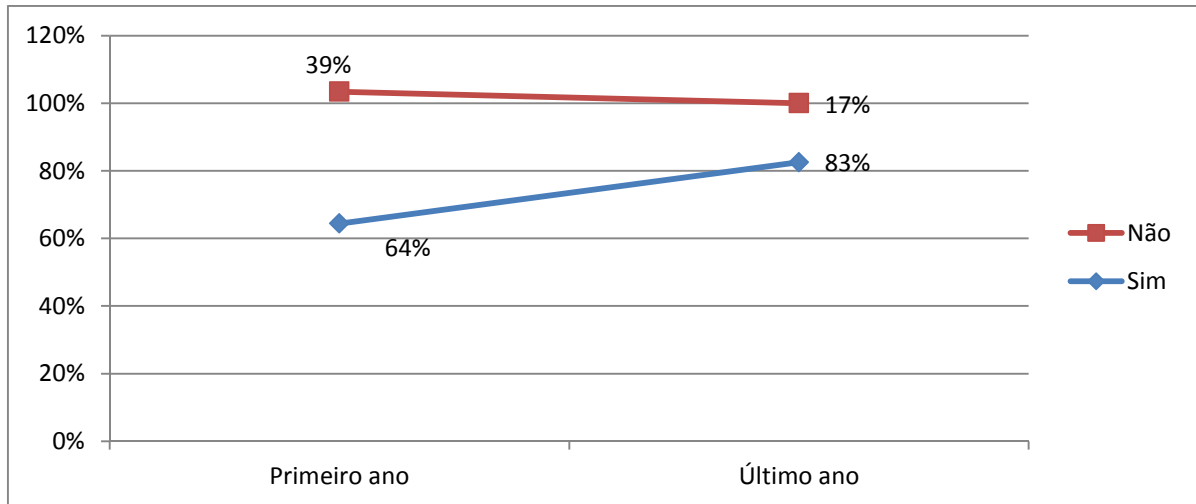
GRÁFICO 6- ESTUDANTES DE PRIMEIRO E ÚLTIMO ANO DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR QUE FAZEM REFERÊNCIA À OBRA



FONTE: A autora (2011).

No que se refere à utilização das normas da ABNT na composição de seus trabalhos/produções científicas 39% dos estudantes de primeiro ano dizem que não utilizam as normas, já entre estudantes de último ano 17% afirmam não usar. Os estudantes que afirmaram utilizar foram 64% para primeiro ano e 83% para último ano. Na maioria dos trabalhos e pesquisas solicitadas pelos docentes da universidade é solicitado aos estudantes a utilização das normas como padronização das formas de representação do conhecimento para facilitar a disposição das informações. No entanto, percebe-se com a visualização do gráfico 7, as oscilações entre os de primeiro ano e de último ano, supõe-se que os de último ano estejam atentos para as normas de seus trabalhos.

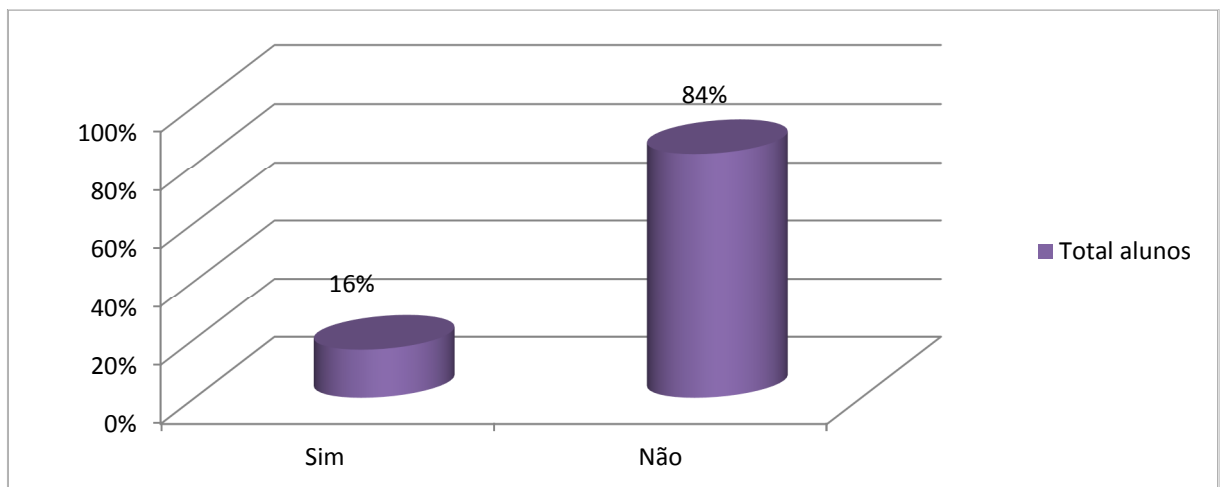
GRÁFICO 7- UTILIZAÇÃO DAS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS PELOS ESTUDANTES DE PRIMEIRO E ÚLTIMO ANO DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR



FONTE: A autora (2011).

No que se refere ao conhecimento de alguém que comprou o TCC/Monografia, no gráfico 8, de acordo com os respondentes, 84% deles afirmaram não conhecer alguém que comprou o seu TCC e 16% que “Sim”. A monografia ou TCC é exigida em muitos cursos para obter o diploma, esses 16% que afirmam conhecer alguém que já comprou, através da análise verifica-se que as pessoas não estão conscientes que essa prática é um crime e pode trazer sanções.

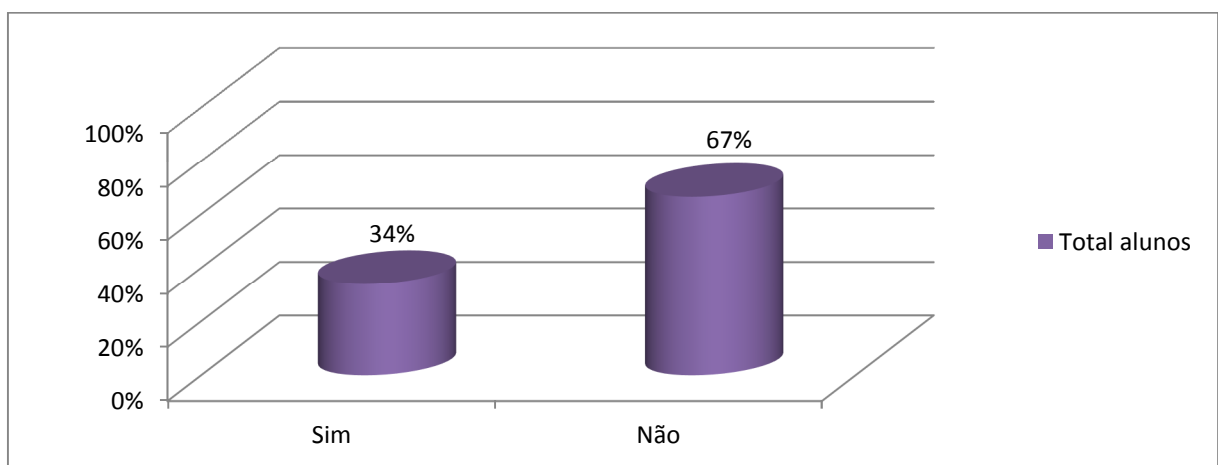
GRÁFICO 8- CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE SOCIAIS APLICADAS DA UFPR, SOBRE PESSOAS QUE COMPRARAM O SEU TCC/MONOGRRAFIA.



FONTE: A autora (2011).

No gráfico 9, quando indagados sobre a experiência de verificar o plágio dentre os seus colegas estudantes 67% afirmaram que não presenciaram ou ficaram sabendo sobre plágio dentre os seus colegas, enquanto 34% afirmaram que “Sim”. A constatação de que grande parte dos estudantes presenciou plágio na universidade faz perceber que o conhecimento sobre a apropriação de uma obra por alguém que não é o autor é comum, entretanto, não se constitui a maioria.

GRÁFICO 9 - EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE PRESENCIOU PLÁGIO NA UNIVERSIDADE

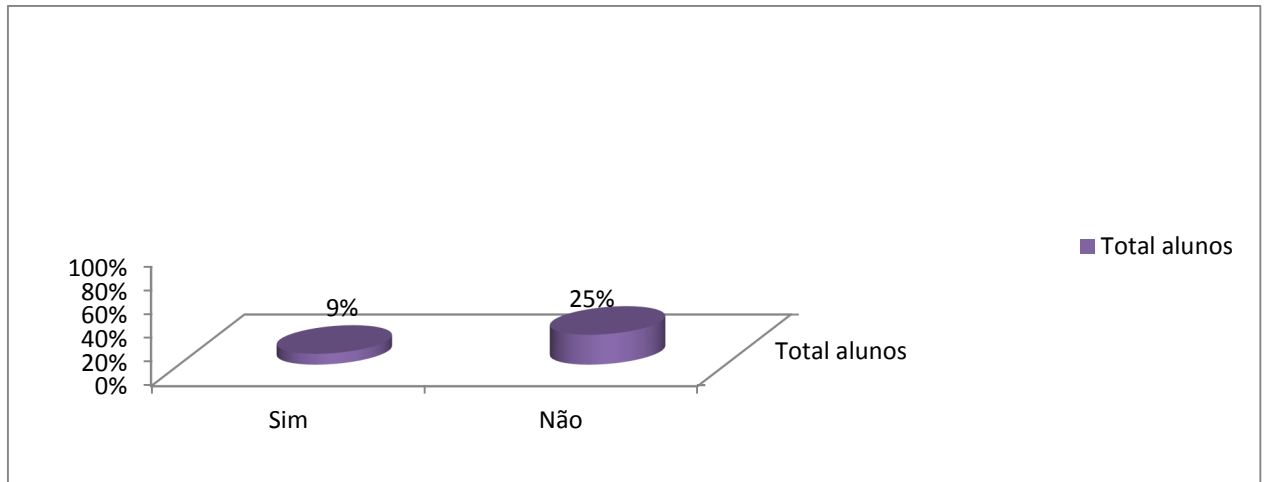


FONTE: A autora (2011).

Os dados do gráfico 10 referem-se às respostas positivas do gráfico 9, ou seja, dos que afirmaram ter presenciado o plágio no ambiente acadêmico apenas 9% verificaram punições para esses praticantes do plágio, enquanto, 25% disseram que não foram tomadas medidas para esses indivíduos.

A partir desses dados, acredita-se que a falta de punições para plagiadores no Brasil seja uma das causas do desrespeito com o direitos autorais.

GRÁFICO 10 - CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE AS PUNIÇÕES A ESSES PRATICANTES DE PLÁGIO

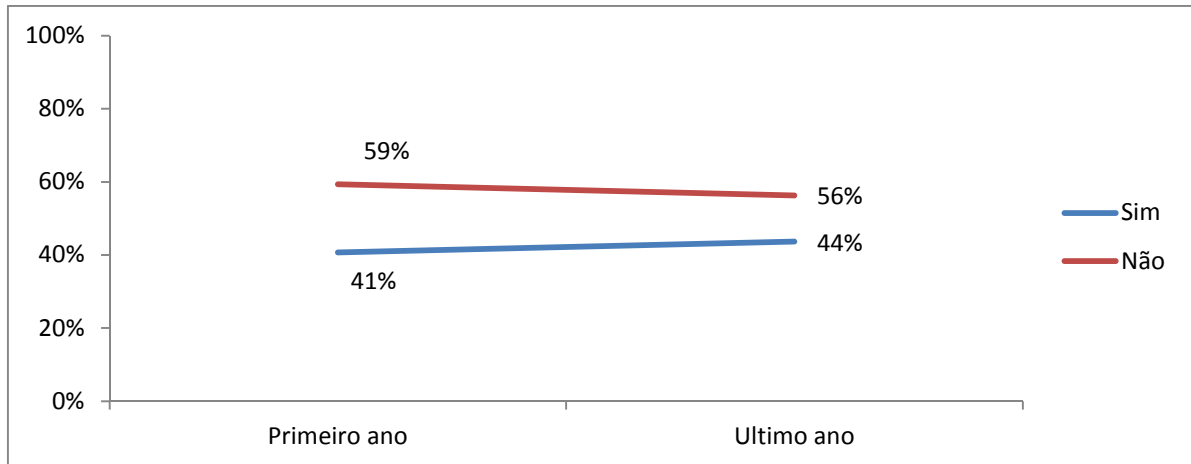


FONTE: A autora (2011).

Sobre as punições previstas na constituição para o praticante do plágio os respondentes que afirmaram conhecer as sanções são 41% do primeiro ano e 44% de último ano. Os que disseram não conhecer foram 59% para o primeiro ano e para o último 56%. No gráfico 11, observa-se que se constitui a maioria os que afirmam não conhecer as punições para os praticantes de plágio.

Esse resultado mostra que a necessidade de dar ênfase às questões de direitos autorais é necessária, seja através de palestras, por informativos, disciplinas ou outros meios para enfatizar maneiras para se evitar essa questão delicada denominada plágio.

GRÁFICO 11 – CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SOBRE AS PUNIÇÕES PARA O PLÁGIO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO

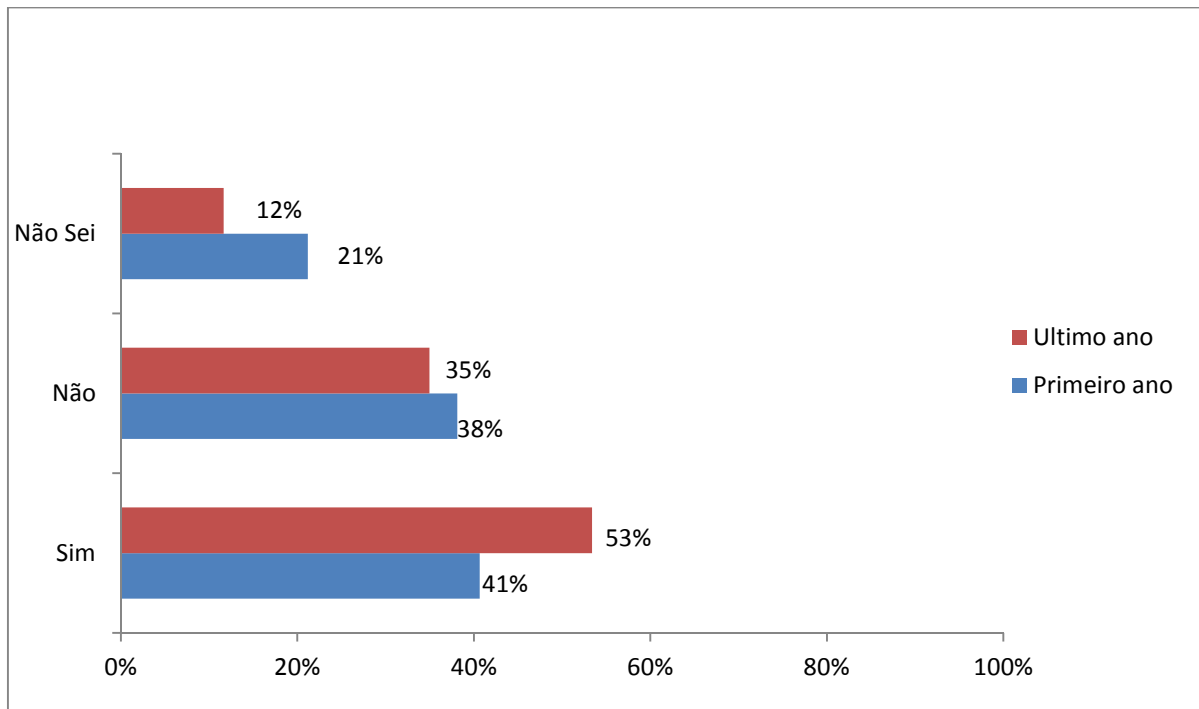


FONTE: A autora (2011).

Quando indagados sobre uma situação imaginária de plágio, sendo a situação de que um estudante realizou uma pesquisa na internet e retirou frases de diferentes textos e apresentou como uma pesquisa sua para o professor. Interessante verificar no gráfico 12 que 53% dos estudantes de último ano afirmam que a situação descrita é de plágio, no entanto 41% dos estudantes de primeiro ano dizem que é uma situação de plágio. Os que responderam “Não sei” são 21% para primeiro ano e 12% para último ano.

A hipótese que emerge desse comparativo é de que os estudantes desconhecem que utilizar pequenos trechos, por menores que sejam, estão apropriando-se de conteúdos de outros autores e se não fazem uso de citações e referências estão cometendo o plágio. No entanto, constitui-se maioria os que afirmaram que a questão imaginária é uma situação de plágio.

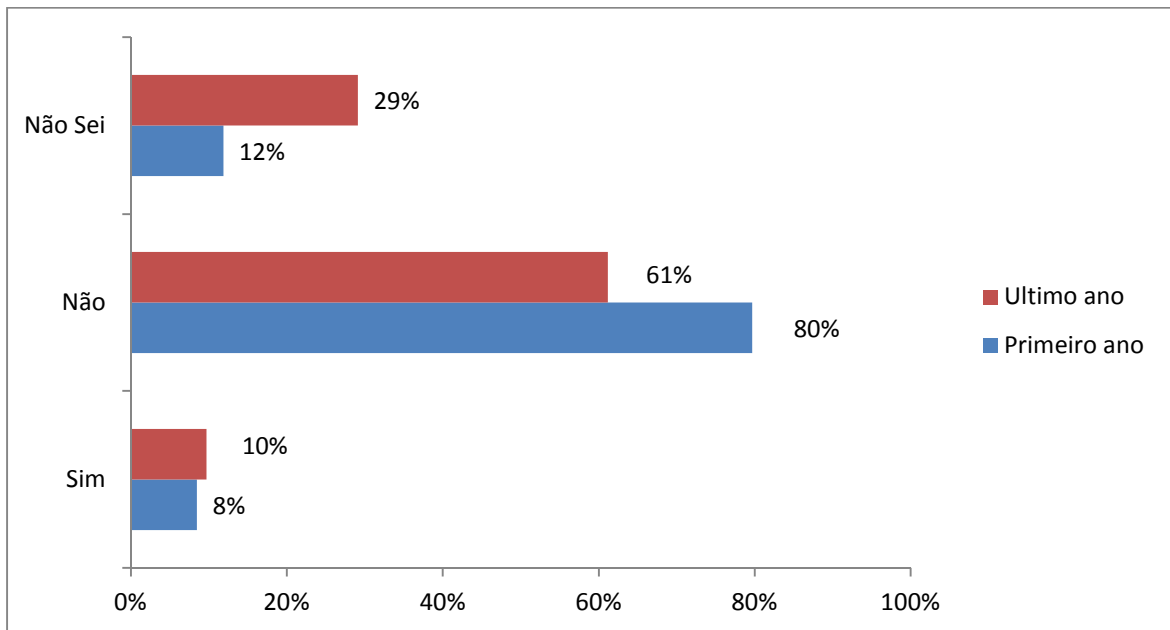
GRÁFICO 12 – SITUAÇÃO IMAGINÁRIA: RESPOSTA DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SE A SITUAÇÃO DE UM ESTUDANTE COPIAR VÁRIAS FRASES DE DIFERENTES TEXTOS E APRESENTAR AO PROFESSOR COMO SUA A PESQUISA É UMA SITUAÇÃO DE PLÁGIO



FONTE: A autora (2011).

Em outra situação imaginária, o estudante é autor de uma pesquisa para uma matéria do início do ano. No outro semestre ele utilizou a pesquisa para outra matéria, sem informar o professor de que estava utilizando o mesmo trabalho. A situação se apresenta como um auto plágio, entretanto, a grande maioria tanto de primeiro ano, com 80%, quanto do último ano, com 61%, afirmaram que a situação não seria de plágio. Já os que marcaram a opção “Não sei” foram de 12% do primeiro ano e 29% do último. No gráfico 13, observa-se que a grande maioria não sabe que isso caracteriza uma situação de auto plágio, ou seja, por mais que o próprio estudante seja o autor dessa pesquisa já foi apresentada anteriormente e o estudante não informa o professor.

GRÁFICO 13 - SITUAÇÃO IMAGINÁRIA: RESPOSTA DOS ESTUDANTES SE A SITUAÇÃO CARACTERIZA PLÁGIO DE UM ESTUDANTE UTILIZAR SEU TRABALHO QUE JÁ HAVIA APRESENTADO, EM OUTRA DISCIPLINA E APRESENTAR COMO NOVO

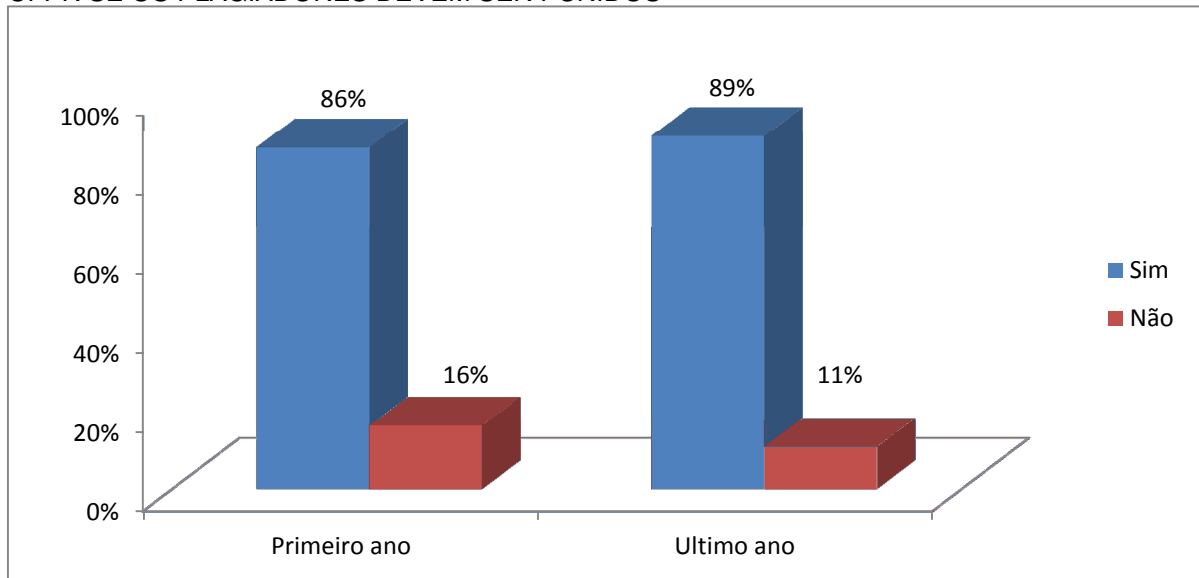


FONTE: A autora (2011).

Quando questionados se o autor de plágio deve receber punições, evidencia-se, conforme o gráfico 14, que a maioria dos respondentes acredita que sim, o autor de plágio deve receber punições, sendo 86% de primeiro ano e 89% do último ano. Para a resposta negativa 16% do primeiro ano e 11% do último ano afirmam que “Não”. Observou-se no gráfico que não houve variação expressiva entre as percepções de estudantes de primeiro e último anos sobre as penas mais severas a serem atribuídas aos praticantes de plágio.

Entende-se com essa tendência que os estudantes estão cientes de que o plágio é um ato ilícito, porém comparando o gráfico 14 com o gráfico 7, pode-se perceber a questão de opiniões com as práticas dos estudantes de primeiro ano estão divergentes, pois a maioria dos estudantes opinam que plagiadores devem receber punições, no entanto, quando solicitados a responder por suas práticas quanto a utilizar normas da ABNT de citações e referências 39% dos estudantes dizem não utilizar as normas.

GRÁFICO 14 - OPINIÃO DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR SE OS PLAGIADORES DEVEM SER PUNIDOS



FONTE: A autora (2011).

Do total de estudantes consultados pelos questionários 49% responderam a última pergunta, a análise dos resultados, descrita na tabela 2, demonstra que a maioria dos respondentes afirma que quando o assunto é iniciativas para evitar o plágio 27% dos entrevistados afirmam que palestras e informativos poderiam alertar aos estudantes para a prática do plágio e as suas características, ao passo que 14% afirmam que a fiscalização dos professores é importante para evitar essa prática. E 14% desses estudantes também disseram que a conscientização dos estudantes é importante, porém não esclareceram a maneira para fazer essa conscientização.

TABELA 2 – RESPOSTAS DOS ESTUDANTES DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UFPR DE INICIATIVAS NAS UNIVERSIDADES PARA EVITAR O PLÁGIO

Iniciativas indicadas pelos estudantes	%
Punições de maneira geral	7%
Punição por meio de nota	6%
Punição financeira	3%
Punição com a anulação do trabalho	6%
Fiscalização dos professores	14%
Utilização de sistema localizador de plágio	5%
Orientações para referências e citações	4%

Palestras/Informativos	27%
Melhoria da disciplina Metodologia da Pesquisa	5%
Banco de dados com os Trabalhos de Conclusão de Curso na internet	6%
Exposição de políticas da universidade	5%
Conscientização dos estudantes	14%

Fonte: A autora (2011).

Percebe-se pelas respostas dos estudantes que as duas atitudes mais lembradas como forma de evitar o plágio, foram, por um lado, a fiscalização dos professores, uma forma coercitiva de sucesso. Por outro lado, com o mesmo percentual de repostas (14%), a conscientização dos estudantes é considerada como variável para que se atinja o mesmo propósito.

De modo geral, percebe-se que há uma inconsistência ou mesmo certa insegurança perceptível nas respostas dos estudantes, em relação a um tema que se manifesta complexo, embora, cada vez mais constante na literatura especializada ou não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada com estudantes do primeiro e último ano do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, nos quatro cursos: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Gestão da Informação, buscando identificar as práticas e o conhecimento desses estudantes em relação aos direitos autorais.

O assunto abordado foi escolhido com a finalidade de alertar aqueles que desconhecem que o plágio é um ato ilícito, assim como aqueles que conhecem, mas não tem ideia dos prejuízos que esse ato pode causar. Procurou chamar a atenção para o fato de que, na atual era de globalização, a praticidade e facilidade com que o denominado “copia e cola” pode influenciar negativamente tanto a quem produz e tem o seu direito violado, quanto a quem copia e, com isso acaba não atingindo os objetivos iniciais de sua pesquisa ou obra de qualquer outro gênero.

Como mostram os resultados dessa pesquisa 38% dos estudantes de primeiro ano e 29% dos de último ano afirmam utilizar buscadores da internet como meio de pesquisa para realizar seus trabalhos na universidade. A facilidade de acesso às informações através da internet faz com que estudantes utilizem esse meio para realizar não apenas pequenos trabalhos, mas também Trabalhos de Conclusão de Curso os quais representam uma importantíssima etapa de suas vidas, e que confirma que o universitário é um profissional apto para o mercado de trabalho. Disso advém uma séria questão abordada neste trabalho: o plágio.

Mesmo reconhecendo que as práticas que desrespeitam os direitos dos autores são caracterizadas como atos ilícitos, muitos estudantes responderam que modificam textos para compor seus trabalhos acadêmicos. Conforme os resultados obtidos, 28% dos estudantes do primeiro ano e 29% do último, afirmam que modificam os textos retirados de meios de informação para realizar suas pesquisas.

Desses estudantes, 10% do primeiro ano e 6% do último ano afirmam “Nunca” citar os autores. Afirmam “Nunca” fazerem as referências dos autores, 7% e 5%, para primeiro e último ano respectivamente. Supõe-se que com o passar do tempo e o aprendizado ao longo da sua trajetória acadêmica os estudantes começam a dar créditos aos devidos autores e não praticar o plágio, porém mesmo assim alguns estudantes demonstram não estarem atentos a essas práticas.

Também foram identificados elementos que possibilitaram verificar as experiências desses estudantes em relação à violação dos direitos autorais. Conforme as afirmações feitas 34% do total de respondentes afirmaram ter presenciado o plágio entre seus colegas na universidade, no entanto, apenas 9% desses têm conhecimento de que houve punições.

Como mostram os resultados da pesquisa 86% para o primeiro e 89% para estudantes de último ano acreditam que deveriam ser tomadas providências para os praticantes desse ato, sendo assim presume-se que eles reconhecem que o plágio é um ato ilícito e que pode vir a trazer complicações, porém quando questionados se foram tomadas providências contra os plagiadores os resultados dizem que 9% sofreram alguma punição, no Brasil não são realizadas punições efetivas para esse crime que na grande maioria dos casos fica na impunidade.

Relacionando os resultados desse questionamento com o do conhecimento dos estudantes sobre as penalizações previstas na constituição para os praticantes do plágio, 59% dos estudantes de primeiro ano e 56% dos de último ano afirmam não conhecer as penalizações Constituição do Brasil para os praticantes do plágio, observa-se que independente do período na universidade, dos que foram avaliados, constitui-se maioria os que desconhecem. Reforçando assim a ideia de que políticas mais efetivas de preservação aos direitos autorais nas universidades são elementos importantes.

Quando comparados em relação à utilização das normas da ABNT percebe-se uma notável diferença entre o conhecimento dos estudantes que entram e os que estão para sair da universidade. O primeiro ano apresenta uma taxa de 64% de estudantes que utilizam as normas para construir suas pesquisas acadêmicas, enquanto no último ano esse índice eleva-se para 83% dos estudantes. Mesmo assim quando apresentada a questão imaginária que caracteriza o plágio, pelos resultados obtidos nota-se que 21% dos estudantes de primeiro ano e 12% dos de último não expressam a opinião sobre a questão, afirmam não saber responder. Os que dizem que não é uma situação de plágio são de 38% para primeiro ano e 35% para último.

Este trabalho reforça que devem ser observadas, principalmente nas universidades, questões relacionadas aos direitos autorais, principalmente o direito de paternidade, que dá o direito ao autor de ter o seu nome sempre vinculado à obra

e também questões relativas à ética desses estudantes que podem vir a praticar o plágio na universidade e as possíveis punições.

Espera-se que com esse trabalho as questões aqui discutidas representem uma contribuição para uma futura política institucional de conduta ética para o respeito aos direitos autorais.

Sugere-se que este levantamento seja aprofundado em estudos futuros para comparações de pesquisas científicas sobre determinado assunto, entre cursos específicos dos trabalhos de turmas que estudaram a disciplina de metodologia científica e os que não. Outras perspectivas de investigações futuras podem ser análises de trabalhos em disciplinas específicas e em diferentes cursos.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA NETO, R. C. D. de. **Gestão da informação e do conhecimento nas organizações**: análise de casos relatados em organizações públicas e privadas. 2002. 235 f. Dissertação - Curso de Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- ARAYA, E. R. M; VIDOTTI, S. A. B. G. Web colaborativa: inovação na criação, proteção e uso legal de informação. **DataGramZero - Revista de Informação** - v. 12 n. 4 ago de 2011 . Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago11/Art_02.htm. Acesso em: 25 out. 2011.
- ANTÔNIO, I. Autoria e cultura na pós-modernidade. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. de 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/363/324>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10520**: Norma de Apresentação de Citação em Documentos. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6023**: Informação e documentação - Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL, Lei N. 9610, de 19 de fevereiro de 1998. **Direitos autorais no Brasil**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/lei_9610-direito-autoral.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.
- BRASIL. Código penal brasileiro CP - DL-002.848-1940. **Título III Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1745665/artigo-184-paragrafo-2o-do-codigo-penal>>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- BRASIL, Ministério da Cultura. **Órgãos de registro de obras intelectuais**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/03/08/orgaos-de-registro-de-obras-intelectuais/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.
- BUFREM, L. S. O Intelectual e os direitos autorais. In MESA REDONDA: **Seminário do programa de desenvolvimento educacional (PDE)**, Curitiba, 2011.
- BUFREM, L. et al. Ética e formação profissional: uma leitura da produção científica em Ciência da Informação (1970-2006). **Transinformação**. Campinas. v. 20, n. 3,

p.225-232, set./dez. 2008. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=220>. Acesso em: 08 jan. 2012

CAMPOS, V. G. de. Direitos autorais: como utilizar obras e imagens. In: MESA REDONDA, **Seminário do programa de desenvolvimento educacional (PDE)**, Curitiba, 2011.

CASTRO, P. **Problema sério, plágio afeta até universidades**. GAZETA DO POVO. Disponível em: <F:\Monografia\plágio\Plágio 11-10\Problema sério, plágio afeta até universidades - Vida e Cidadania - Gazeta do Povo_phtml.mht>. Acesso em: 06 nov. 2011.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação**. São Paulo: Futura, 2001.

DUARTE, E. C. V. G.; PEREIRA, E. C. **Direito autoral: perguntas e respostas**. Curitiba: Agência de Inovação UFPR, 2009.

FRANCO, L. R. H. R.; MILANEZ, J. R. C.; SANTOS, F. A. O. Implantação de um software detector de plágio para análise das questões dissertativas do ambiente virtual de aprendizagem TelEduc. **Revista de Aprendizagem Aberta e a Distância**. v.7, 2008. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/edicoes/2008/2008_Edicao_pesquisa.htm>. Acesso em: 25 out. 2011.

GAMA, J. G. O; GARCIA, L. G. Direito à informação e direitos autorais: desafios e soluções para os serviços de informação em bibliotecas universitárias. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p.151-162, maio/agosto de 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1781/3031>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

KISCHELEWSKI, F. L. N. **Entenda o direito autoral**. Positivo Informática S.A. Disponível em: <<http://www.aprendebrasil.com.br/pesquisa/swf/DireitoAutoral.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

KROKOSCZ, M. **Ponderações e dicas para se evitar o plágio**. Disponível em: <http://www.fecap.br/portal09/arquivos/ponderacoes_plagio.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2011.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p.72-79, maio/ago. de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12910.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

MARTINS FILHO, P. Direitos autorais na internet. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.183-188, maio/ago de 1998. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/362/323>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MORAES, R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos Possíveis**, Bahia, Ano 3, n. 1, p. 91-109, jan./jun. 2004.

Disponível em:

<<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/default.asp?ed=4>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

PEREIRA, E. C. DIREITOS DE AUTOR: Pessoas físicas e jurídicas. In: MESA REDONDA, **Seminário do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)**. Curitiba, 2011.

PINHEIRO, L.V. **As redes cognitivas e a produção do conhecimento em ciência da informação no Brasil**: um estudo nos periódicos da área. 2007. 142.

Dissertação - Curso de Mestrado Em Ciência Da Informação, Departamento de Programa De Pós-graduação Em Ciência Da Informação, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:

<<http://www.cin.ufsc.br/pgcin/Pinheiro,%20Liliane.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

RODRIGUES, W. de S.. **Ética acadêmica na visão de alunos do curso de Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná**. 2009. Monografia Curso de Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANTOS, S. de F. Direitos autorais em open access: acesso livre / livre acesso. In: MESA REDONDA, **Seminário do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)**. Curitiba. 2011.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, p.357-414, mai-ago de 2008. Rio de Janeiro Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>>. Acesso em:17 jul. 2011.

VASCONCELOS, S. M. R. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Ciência e Cultura**. v. 59. n. 3 São Paulo. julh/set. de 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000300002&script=sci_arttext> . Acesso em: 20 out. 2011.

ANEXO

Nomes alunos:

Matrículas:

Professor:

Disciplina:

Título do Trabalho:

1. Sabemos o que é plágio e reconhecemos que copiar trabalhos científicos ou parte deles, bem como submeter como próprios trabalhos que foram feitos por outras pessoas, sejam elas conhecidas ou “prestadores de serviços acadêmicos”, vai contra os princípios declarados no Código de Ética do Centro Universitário FECAP.
2. Afirmamos que, para realizar este trabalho acadêmico, utilizamos a normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com as adequações propostas pelo *Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos e Referências Bibliográficas da FECAP* para a elaboração das citações e das referências. Cada texto copiado literalmente e interpretado neste Trabalho Acadêmico foi extraído do(s) trabalho(s) de outra(s) pessoa(s) e foi demonstrado por meio de citações e referências.
3. Não permitimos e não permitiremos a ninguém copiar o nosso trabalho com a intenção de passá-lo como se dele fosse trabalho.
4. Afirmamos que o conteúdo deste Trabalho Acadêmico é original, não foi comprado e não foi entregue a nenhuma outra disciplina, curso ou instituição de ensino superior.
5. Estamos cientes de que a versão eletrônica deste trabalho poderá ser submetida a *softwares* de detecção de plágio.

Assinaturas:

São Paulo, ____ de _____ de ____.

APÊNDICE



Prezado universitário,

Com este questionário pretende-se analisar a realidade sobre o conhecimento e o respeito aos direitos autorais por estudantes de cursos de graduação. As respostas aqui obtidas servirão para que se possam encaminhar elementos de uma política institucional de alerta e preservação com vistas a uma conduta coletiva e ética em relação a esses direitos.

Grata,
Kelen Fabiensi Contato:kfabiensi@gmail.com

Curso:

Período:

1) Faça uma análise da matéria de Metodologia Científica quanto ao objetivo ensinar como fazer pesquisa científica.

- Muito bom
- Bom
- Ruim
- Não tive aulas a respeito de pesquisa científica

2) Qual o principal meio de busca de informação que utiliza?

Eletrônicos:

- sites de internet
- bases de dados
- buscadores da Internet
- periódicos eletrônicos

Convencionais

- institucionais (bibliotecas, arquivos, museus)
- pessoais

3) Ao recorrer a esses meio, utiliza principalmente:

- livros
- periódicos científicos
- periódicos não científicos

- sites de notícias
- boletins
- blogs
- outros. Quais: _____

4) Ao utilizar essas fontes, você modifica os textos que utiliza para fazer o seu trabalho?

- Sempre Geralmente Eventualmente Nunca

5) Quando modifica, você cita o autor pesquisado?

- Sempre Geralmente Eventualmente Nunca

6) Ao citá-lo, você faz a referência da obra pesquisada?

- Sempre Geralmente Eventualmente Nunca

7) Você utiliza a normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) de citação?

- sim não

8) Você conhece alguém que comprou a monografia ou TCC?

- sim não

9) Conheceu ou presenciou alguma situação de plágio na universidade?

- sim não

10) Se sim, foram tomadas punições para o estudante?

- Sim Não

11) Você conhece as punições cabíveis ao autor de plágio?

- sim não

12) SITUAÇÃO IMAGINÁRIA: Carlos realizou uma pesquisa na internet e retirou frases de diferentes textos e apresentou como uma pesquisa sua para o professor.

Em sua opinião, ele cometeu plágio?

Sim Não Não sei

13)SITUAÇÃO IMÁGINÁRIA: Maria é autora de uma pesquisa para uma matéria do início do ano. No outro semestre ela utilizou a pesquisa para outra matéria, sem informar o professor de que estava utilizando o mesmo trabalho.

Em sua opinião, ela cometeu o plágio?

Sim Não Não sei

14)Você acha que deveriam ser tomadas iniciativas para evitar a prática do plágio?

Sim Não

15)Caso tenha respondido positivamente, qual ou quais? Ou deixe suas observações
